

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.798 - MG (2019/0139284-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE CARANGOLA
ADVOGADO : AUGUSTO MARIO MENEZES PAULINO - MG083263N
AGRAVADO : EUCLYDES MARCOS PETTERSEN NETO
ADVOGADO : ILKA DE CAMPOS ALMEIDA HOSKEN - MG098865
INTERES. : RITA DE CASSIA KNUPP PETTERSEN
INTERES. : PAULO CESAR DE CARVALHO PETTERSEN
ADVOGADO : LAERTE DE CAMPOS HOSKEN - MG011789N

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICIPIO DE CARANGOLA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO - DECISÃO LIMINAR - ADQUIRENTE DE PARTE DO IMÓVEL - LEGITIMIDADE RECURSAL - CÓPIA DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA - AUSÊNCIA - TEMPESTIVIDADE AFERÍVEL POR OUTRO MEIO OBJETIVO - RECURSO CONHECIDO - LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO - CITAÇÃO OBRIGATÓRIA - ANULAÇÃO PARCIAL DO FEITO.

- Reconhece-se a legitimidade, recursal do agravante, porquanto adquirente de 50% (cinquenta por cento) do imóvel objeto da ação de desapropriação para se insurgir contra a decisão que deferiu a liminar de imissão de posse nos autos de origem.

- Ausente a cópia da certidão de intimação da decisão agravada, mas sendo possível aferir a tempestividade do agravo de instrumento mediante o confronto entre a data em que a decisão foi proferida e a data em que o recurso foi interposto, afasta-se o não conhecimento deste por intempestividade.

- Demonstrado que o agravante figura como adquirente de 50% (cinquenta por cento) do imóvel objeto da lide, ele deve ser obrigatoriamente citado para os termos da ação de desapropriação, na qualidade de litisconsorte passivo necessário.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento

ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente